

IX ENCONTRO DA ABCP

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

**CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS PARA QUÊ? SETORES DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E A DIVERSIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DE SEUS  
PARTICIPANTES**

CARLA GANDINI GIANI MARTELLI

UNESP-ARARAQUARA/SP

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014  
**CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS PARA QUÊ? SETORES DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E A DIVERSIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DE SEUS  
PARTICIPANTES<sup>1</sup>**

CARLA GANDINI GIANI MARTELLI  
UNESP- ARARAQUARA/SP

Resumo do trabalho: As conferências de políticas públicas constituem mais uma inovação institucional do Brasil contemporâneo. A partir de 2003, ganharam relevância frente a outras formas de participação institucionalizada - orçamento participativo, conselhos gestores, planos diretores etc. Anteriormente tratadas de maneira mais ou menos generalista - enfatizando sua contribuição para a ampliação dos canais de expressão democrática da sociedade junto ao Estado -, cada vez mais as conferências têm sido analisadas em sua interface com as áreas de políticas públicas às quais se relacionam. Este trabalho pretende destacar os distintos perfis de participantes de conferências na etapa municipal a partir da análise de sete delas - *Cidades, Esporte, Cultura, Igualdade Racial, Meio Ambiente, Educação, Assistência Social* - ocorridas em Piracicaba, ao longo de 2013. Considerando o histórico de institucionalização de cada área das políticas públicas, o objetivo é traçar uma comparação entre elas a partir de três aspectos: capacidade organizativa e mobilizatória; perfil sócioeconômico e político dos participantes e relação entre o vínculo político-institucional e motivações e expectativas dos participantes.

Palavras-chave: conferências municipais, políticas públicas, instituição participativa, participação política.

---

<sup>1</sup> Este *paper* é um dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de extensão universitária "Projeto de desenvolvimento e apoio ao Observatório Cidadão de Piracicaba" realizado no ano de 2013 na UNESP/Araraquara, no qual estiveram envolvidos os professores Wagner de Melo Romão, Carla G. Giani Martelli e Camila F. Bassetto.

## 1. Introdução

A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização, houve uma explosão de experiências participativas no Brasil. Desde então, diversas práticas participativas, impulsionadas pela Constituição de 1988 e pelos governos democráticos que se seguiram a ela – notadamente o governo Lula (2003-2010) –, têm sido institucionalizadas de forma crescente. Práticas que vão desde as mais tradicionais, como o referendo e o plebiscito, até as inovadoras *instituições participativas*.<sup>2</sup>

Apesar de existirem desde a década de 1930<sup>3</sup>, à época como instrumentos para a articulação federativa e aumento da racionalidade administrativa, somente a partir de 1980<sup>4</sup> as conferências começaram a ser utilizadas como espaços de participação da sociedade em diferentes setores de políticas públicas. Isso se intensificou a partir de 2003, quando ganharam relevância frente a outras formas de participação institucionalizada - orçamento participativo, conselhos gestores, planos diretores etc. -, fato que se comprova uma vez que, do conjunto de conferências nacionais convocadas pelo governo federal, realizadas no país, 70% ocorreram entre 2003 e 2012.

Tornaram-se um símbolo da democracia participativa em função da frequência com que têm sido realizadas, do expressivo contingente de pessoas que têm envolvido e dos novos temas que têm introduzido no debate político. Além de instituições participativas, as conferências são consideradas instituições representativas e deliberativas no sentido de gerarem dinâmicas de representação da sociedade civil e de comporem de forma mais complexa a estrutura de representação política no âmbito do Estado e de seus poderes, abrindo novos espaços de influência da sociedade civil, para além das formas mediadas por meio do voto e dos partidos políticos (POGREBINSCHI, 2010; ALMEIDA, 2013). Funcionam de forma escalonada - com etapas preparatórias locais e distritais; municipal, estadual e nacional -, o que permite falar em "sistema integrado de participação e deliberação" (FARIA e LINS, 2013). Os processos conferencistas seriam, portanto, a expressão de um sistema inovador com condições de efetivar a participação nacional em sociedades complexas e plurais, por meio do processo escalonado, combinando participação e representação, tanto de atores governamentais quanto da sociedade civil.

Estudos recentes têm explorado as conferências em sua etapa nacional, como mostra o trabalho organizado por Avritzer e Souza (2013), mas poucas pesquisas se

---

<sup>2</sup> Sobre as formas institucionalizadas de participação denominadas "instituições participativas" ver Avritzer, 2009.

<sup>3</sup> As duas primeiras conferências realizadas no Brasil foram a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, ambas em 1941 (BRASIL, 2009).

<sup>4</sup> A 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, é a principal referência para o atual formato das conferências nacionais (BRASIL, 2009).

dedicam a explorar sistematicamente a etapa municipal. Menos ainda sob uma perspectiva comparada entre setores de políticas públicas. Este trabalho se justifica no intuito de contribuir com as investigações sobre os processos conferencistas a partir de um olhar sobre a etapa municipal e também de maneira comparativa. Serão analisados os dados referentes a sete conferências de diferentes áreas de políticas públicas ocorridas no município de Piracicaba (SP), ao longo do ano de 2013, a saber: *Assistência Social, Cultura, Educação, Igualdade Racial, Cidade, Esporte e Meio Ambiente*. À preocupação com a escala, soma-se a atenção com as especificidades das conferências, a depender da área de política pública a que se refere.

A pergunta que se quer responder é: por que as pessoas participam das conferências, ou seja, quais as razões e expectativas que as levam a participar? Mas essa pergunta leva a outra: quem são os conferencistas? Partimos do pressuposto de que as diferentes áreas das políticas públicas responderão de diferentes maneiras a essas questões dependendo da capacidade de mobilização dos temas em pauta e da capacidade associativa e organizacional de cada área. Sem negar o papel crucial do desenho institucional como variável explicativa das experiências participativas, os dados relativos ao perfil socioeconômico, associativo e político dos participantes podem ajudar a melhor compreensão das respostas acerca das razões e expectativas com relação às conferências, nas suas diversas áreas de políticas.

Várias pesquisas sobre as diferenças de perfil socioeconômico e participativo, a depender da área de política pública, já foram realizadas no âmbito de conselhos gestores de políticas (LABRA, FIGUEIREDO, 2002; SANTOS JUNIOR *et al*, 2004; TÓTORA, CHAIA, 2004; FUKS, PERISSINOTTO, SOUZA, 2004; TATAGIBA, 2005; CEZARE, 2009). Mas pesquisas sobre o perfil dos participantes de processos conferencistas são ainda incipientes, muito mais quando consideradas as diferenças de escala e as áreas de políticas públicas. Quando se pesquisa o perfil dos participantes uma das questões que se busca responder é em que medida as instituições participativas configuram-se espaços para a inclusão de segmentos populacionais que têm sido identificados como os que têm estado recorrentemente em posição de subordinação ou mesmo de exclusão de processos de participação política, como as mulheres, os negros, os analfabetos, os de baixa escolaridade e com menor renda (CUNHA, 2013). Ainda que este trabalho não tenha como objetivo responder a esta questão, a análise do perfil socioeconômico dos conferencistas permitirá indicar alguma resposta nessa direção.

O texto está dividido em cinco seções, além desta introdução. Primeiro, apresenta a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Em seguida, busca desenhar o perfil socioeconômico dos participantes para, logo depois, trazer dados sobre o perfil associativo e

político. O passo seguinte será elencar motivos e expectativas apresentados pelos conferencistas, por área de política, na tentativa de relacioná-los aos dados de perfil registrados nas seções anteriores. A última parte será dedicada a breves considerações finais.

## 2. Metodologia: coleta e análise dos dados

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira consistiu em observar e aplicar questionários junto aos participantes de sete conferências de políticas públicas realizadas no município de Piracicaba durante o ano de 2013. Alguns participantes, escolhidos aleatoriamente, se dispuseram a respondê-los. Segue tabela com o número de credenciados e o número de respondentes por conferência:

	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CULTURA	EDUCAÇÃO	IGUALDADE RACIAL	CIDADES	ESPORTE	MEIO AMBIENTE
Respondentes	47	27	88	66	72	19	88
Credenciados	169	135	340	110	111	35	151

Foram respondidos, no total, 407 questionários. Para o perfil socioeconômico foram feitas perguntas fechadas considerando as seguintes variáveis: gênero, idade, raça/cor, escolaridade e renda. Para o perfil associativo e político, foram feitas perguntas com relação à vinculação a entidades, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, conselhos ou outras instituições participativas. Foram construídos gráficos para cada uma das variáveis, com o objetivo de compará-las por área de política.

A segunda fase da pesquisa ocupou-se das perguntas abertas, que se referiam aos motivos da participação e expectativas com relação à etapa municipal. Para a tabulação das questões abertas, após a compilação e a identificação das ideias centrais em cada resposta, passou-se a um processo de agrupamento de respostas semelhantes que permitiu a criação de categorias. Ou seja, *motivos* e *expectativas* foram codificados com base no grupo de respostas com sentidos similares. O trabalho de classificação dos motivos e das expectativas não partiu de categorias já definidas, mas essas foram criadas no próprio processo de análise das respostas. Nesse processo, buscou-se registrar a diversidade das respostas, considerando, a partir da similaridade, a frequência com que apareceram nos questionários. Foram colocadas na categoria *outros* aquelas que apareceram uma única vez e que não puderam ser agrupadas a nenhuma outra por similaridade. É importante observar que as respostas podiam trazer pontos sobre mais de uma categoria. Nestes casos, os diferentes temas de cada resposta foram computados em mais de uma categoria, o que explica a diferença entre o número de respondentes e o universo com múltiplas respostas registradas nas tabelas. Em abordagem indutiva, a intenção foi perceber *padrões* nos

motivos e nas expectativas. Seguindo esse raciocínio, as unidades de análise foram categorizadas como se seguem:

- Para os "motivos": *melhoria da política pública, contribuir/colaborar, participação, interesse profissional, representação/convocação, aprendizado/informação, interesse no tema, participar das deliberações, exercer cidadania, outros, não respondeu.*
- Para as "expectativas": *melhoria da política pública, levantar/discutir questões, encaminhamento de propostas, efetivação de propostas, aprendizado/informação, participação, mudanças, baixa expectativa, boa/alta expectativa, outras, não respondeu.*

A combinação de perguntas fechadas e abertas permitiu traçar comparações acerca do perfil socioeconômico e político dos participantes e suas motivações e expectativas com relação à etapa municipal, considerando as diferenças com relação às áreas de políticas. Para complementar à análise, voltou-se aos questionários para outras informações ainda não tabuladas, por exemplo com relação à ocupação dos conferencistas, tanto quanto se avaliou ser necessário.

Esta pesquisa, de caráter exploratório, mobilizará alguns dados sobre conferências nacionais numa tentativa de mostrar a importância da escala como fator determinante dos resultados. De outro lado, mobilizará alguns dados sobre conselhos gestores de políticas públicas com intuito de indicar como a área de política pública importa para a interpretação dos resultados obtidos.

### **3. Conferências municipais e o perfil socioeconômico dos participantes**

Pesquisas desenvolvidas no âmbito dos conselhos gestores nacionais têm dado importância ao perfil dos participantes com intuito de investigar os potenciais dos conselhos de envolverem um número mais diverso de pessoas, temáticas e pontos de vista. Conhecendo mais sobre o perfil social, econômico e associativo dos conselheiros buscam perceber a capacidade de inclusão e de pluralização dos conselhos. Resultados dessas pesquisas permitem traçar um panorama do perfil dos conselheiros nacionais: em sua maioria, os conselheiros são do sexo masculino, da cor branca, das classes média e alta, possuem alta escolaridade e têm mais de 40 anos. No entanto, este perfil varia quando os conselhos são comparados, sendo os de garantia de direitos os que mais se distanciam deste modelo geral, pois que possuem mais mulheres, negros e pardos e integrantes com menor escolaridade (CRUXÊN *et al*, 2013).

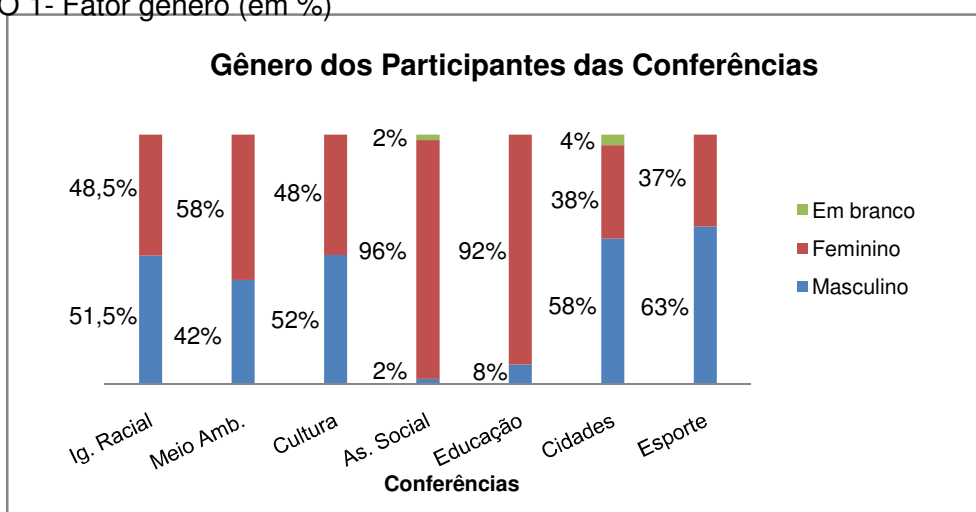
No caso das conferências nacionais, pesquisas indicam que a participante típica é uma mulher em 51,2% dos casos, com quatro anos de escolaridade (26,9%) ou com ensino médio completo em 20,3% dos casos. A sua renda varia entre 1 e 4 salários mínimos (SM)

em 52,2% dos casos (AVRITZER, 2012). Também chama-se atenção o perfil daqueles que delas participam com o objetivo de verificar se segmentos da população que tradicionalmente estão excluídos de processos participativos encontram a possibilidade de maior presença nesses espaços. Mas as pesquisas alertam para o fato de que o nível de governo importa, ou seja, a escala é fator que pode propiciar ou restringir a participação de alguns segmentos populacionais. Por exemplo, no que se refere ao recorte de gênero, pesquisas sobre conferências indicam que a participação das mulheres decresce conforme aumenta a escala, ou seja, elas participam mais nos níveis municipal e estadual e menos no nacional (CUNHA, 2013). Assim também pesquisas em conselhos municipais (CUNHA, 2009; ALMEIDA, 2010; RIBEIRO, 2011) e orçamento participativo (CIDADE, 2003; GRET, 2004; ORSATO, 2008; RIBEIRO, 2009) apontam maior participação feminina nesses espaços e observam que quanto mais distante do nível municipal, mais se reduzem as chances de participação das mulheres.

O tipo de política pública também se mostrou um fator relevante, ou seja, a trajetória da área determinaria a prevalência de homens ou mulheres (CUNHA, 2013). Também com relação ao número de participantes o tipo de política importa. Como se sabe, em algumas áreas de políticas públicas, tais como a de saúde e a de assistência social, a participação institucionalizada é mais forte. E isso porque elas tiveram historicamente movimentos sociais fortes, se organizaram fortemente durante o processo constituinte e conseguiram se organizar com sistemas gestores integrados com a participação. Então, no caso das conferências nacionais, não surpreende que a participação na saúde e na assistência social seja maior do que em áreas menos institucionalizadas (AVRITZER, 2012).

Vejamos o que dizem os dados sobre as sete conferências de Piracicaba, a começar pelo fator gênero:

GRÁFICO 1- Fator gênero (em %)

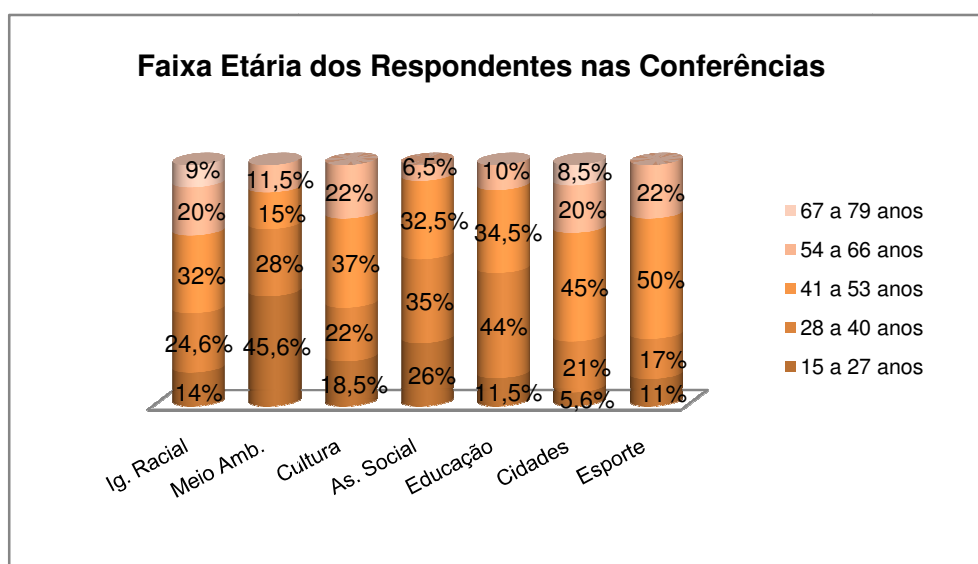


O gráfico acima confirma as singularidades das áreas de políticas públicas para avaliação dos resultados: há presença massiva de mulheres nas áreas de assistência social

e educação, assim como forte presença masculina na conferência de Esporte, conforme tradição das áreas. Ou seja, a proporção de homens e mulheres varia de acordo com a temática da conferência. Conforme Lüchmann e Almeida (2010), a participação política feminina, tradicionalmente, está associada às áreas que lidam mais com o tema do cuidado, como é o caso dos conselhos de políticas sociais. Os dados sobre a conferência da Assistência Social corroboram essa afirmação. No entanto, com relação à escala, as conferências municipais aqui estudadas relativizam os achados das pesquisas citadas que apontam uma maior participação das mulheres no nível local, tendendo a decrescer conforme aumenta a escala. Com exceção das conferências da Assistência Social e da Educação, e da conferência do Meio-Ambiente com 58% de mulheres, constatou-se maior presença masculina nas conferências do Esporte e da Cidade e certo equilíbrio de gênero nas conferências da Igualdade Racial e Cultura.

Dados de pesquisa feita com 18 conselhos gestores na cidade de Piracicaba, dentre eles Esportes, Cultura, Meio Ambiente, Educação e Assistência Social, áreas tratadas nesta pesquisa, mostram a existência de um equilíbrio de gênero nos conselhos: os homens representaram 53% e as mulheres, 47%. Apesar desse equilíbrio, a proporção de mulheres nos conselhos é um pouco menor do que a levantada pelo Censo 2010 do IBGE, que constatou uma população feminina de 51% no município (MORGADO *et al*, 2012).

Os dados relativos ao fator idade corroboram os achados em outras pesquisas sobre conferências que afirmam menor participação de jovens (CUNHA, 2013). Vejamos o gráfico: GRÁFICO 2- Fator idade (em %)

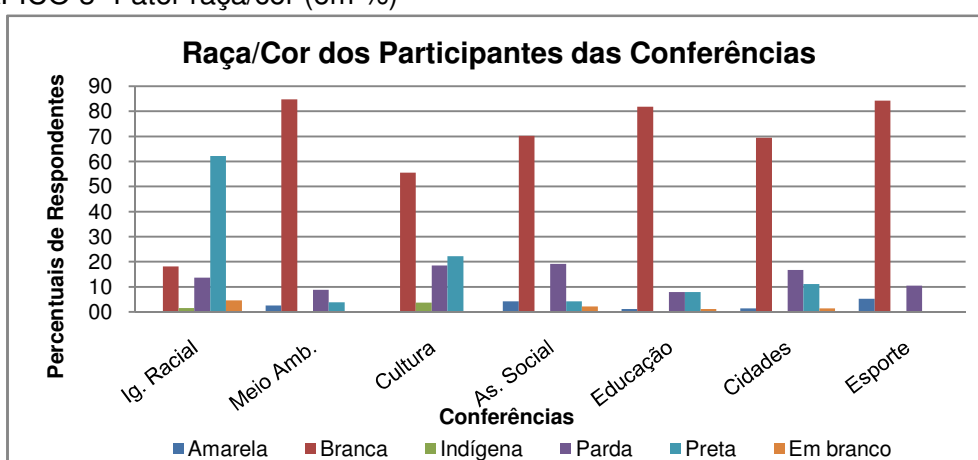


Com exceção da conferência do Meio Ambiente que apresenta a maioria de jovens, o grupo mais representativo nas demais está entre 41 e 53 anos, seguido do grupo com



idade entre 28 e 40 anos, dados que muito se assemelham aos achados da pesquisa citada sobre o perfil dos conselheiros de Piracicaba: a faixa etária de maior concentração entre os conselheiros fica entre 40 e 49 anos (35%), seguida pelo grupo de 30 a 39 anos (20%). Quando comparada a idade dos conselheiros à distribuição etária da população de Piracicaba com mais de 17 anos, nota-se a existência de uma sub-representação, nos conselhos, de jovens e de pessoas com mais de 70 anos. Em Piracicaba, 28% da população possui entre 18 e 29 anos e a representação dessa faixa etária nos conselhos é de apenas 9%. Já as pessoas acima de 70 anos são 8% da população do município e apenas 4% entre os conselheiros. Vejamos o gráfico sobre raça/cor:

GRÁFICO 3- Fator raça/cor (em %)

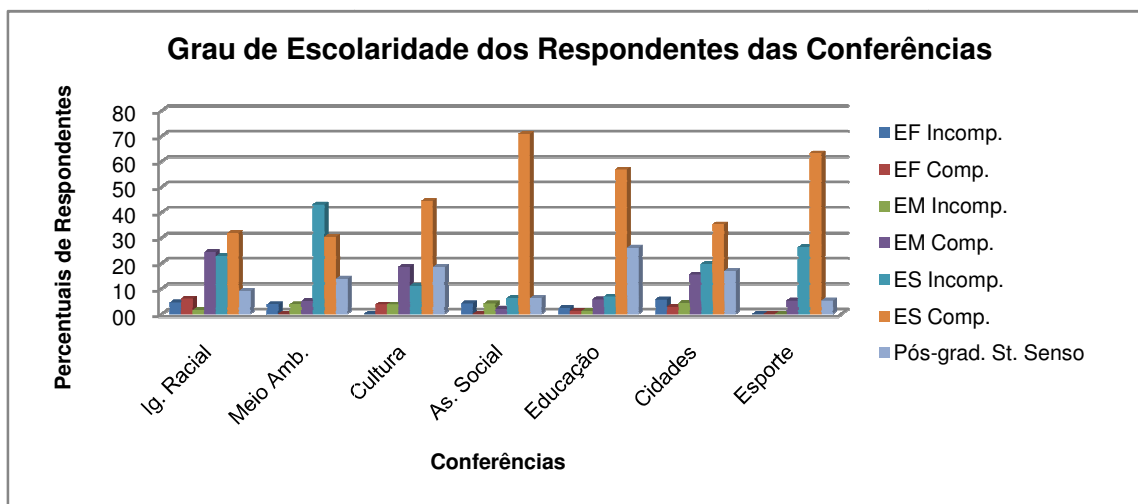


Os dados sobre as sete conferências de Piracicaba mostram que a participação de brancos prevalece sobre a de pretos e pardos (categorias utilizadas pelo IBGE), com exceção da Igualdade Racial que traz 62% de pretos. Pesquisas com conselheiros no mesmo município também constataram uma sub-representação de pretos e de pardos nos conselhos, levando-se em conta que os pretos e os pardos representam, respectivamente, 6% e 21% da população de Piracicaba, enquanto, nos conselhos, 4% e 5%. Já os brancos e os amarelos representam 72% e 1% da população e são, respectivamente, 87% e 4% dos entrevistados (MORGADO *et al*, 2012).

Pesquisas com conselhos nacionais também afirmam que a maior parte dos conselheiros se declara de cor branca. Quando se compara as respostas por conselho, é possível perceber que os conselhos de garantia de direitos apresentam uma participação mais diversificada em termos de raça/cor, ao possuírem menor proporção de brancos em relação aos demais conselhos, o que pode ser explicado pelo fato desses conselhos contemplarem um público envolvido com a proteção dos direitos de minorias, como negros, povos indígenas e comunidades tradicionais. Isto sugere que os conselhos de garantia de direitos – espaços em que alguns grupos raciais sub-representados nas arenas políticas representativas de decisão estão mais presentes – são, de alguma maneira, os espaços que

mais ofertam oportunidades de participação para estes grupos (CRUXÊN *et al*, 2013). Vejamos os dados referentes à escolaridade:

GRÁFICO 4 - Fator escolaridade



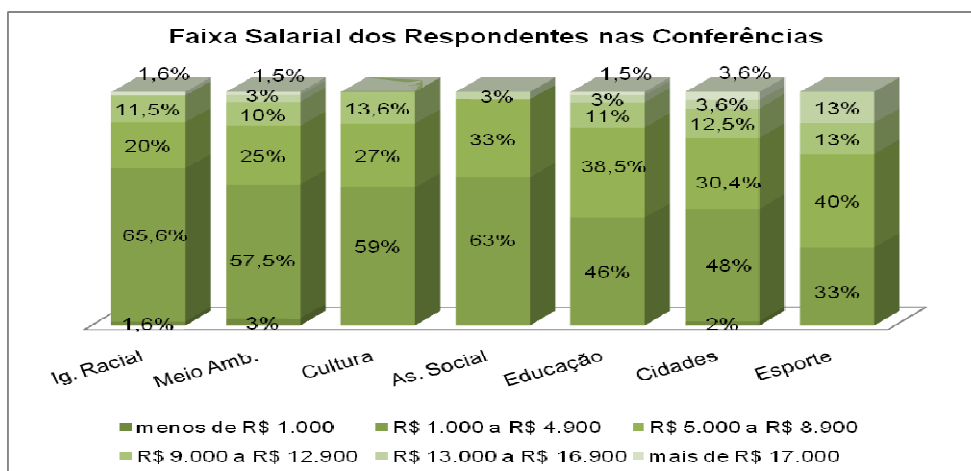
Com relação ao grau de escolaridade, chama a atenção a Conferência da Assistência Social com 76% dos participantes com ensino superior completo, seguida do Esporte com 63% e da Educação, com 57%. As demais estão abaixo de 50%. Um dado relevante é o da Conferência da Educação onde 26% dos participantes tem pós-graduação *stricto sensu*, seguida da Cultura, com 19% e das Cidades com 17%. As demais ficam abaixo de 10%. A Conferência da Igualdade Racial é a que apresenta o maior número de participantes sem ensino médio completo (12%). Também chama a atenção a conferência do Meio-Ambiente com o percentual de 43% dos conferencistas com ensino superior incompleto, provavelmente relacionado à elevada participação de pessoas menores de 27 anos, como aponta o gráfico 2.

Tal como os dados sobre a maioria das conferências, a pesquisa sobre conselhos no município de Piracicaba aponta para uma sobre-representação dos conselheiros mais escolarizados já que 70% possuem ensino superior completo (42% com mestrado ou doutorado), sendo que a porcentagem do município é de 14%; 36% da população do município é sem instrução ou tem o ensino fundamental incompleto, sendo que nos conselhos esta porcentagem é de 3% (MORGADO *et al*, 2012).

Pesquisas em âmbito nacional confirmam esses dados: nos conselhos nacionais os dados apontam um perfil altamente escolarizado de conselheiros em comparação à população brasileira, a qual possui uma escolaridade média de 7,1 anos de estudo, o que equivale ao ensino fundamental incompleto (IBGE, 2010). Nos conselhos nacionais pesquisados, 82% dos conselheiros concluíram pelo menos o superior completo e, destes, cerca de 55% possuem pós-graduação (CRUXÊN *et al*, 2013). Pesquisas com conferências nacionais mostram que as pessoas que participam das conferências, de modo geral,

possuem escolaridade acima daquela que caracteriza a população brasileira (CUNHA, 2013). Vejamos os dados sobre renda:

GRÁFICO 5 - Fator renda (em %)



Observa-se que a população que ganha menos de R\$ 1.000,00 (ou seja, mais ou menos o valor de um salário mínimo) não está representada em nenhuma das conferências. Com exceção da conferência do Esporte (em que a maior parte recebe entre R\$5.000,00 e R\$8.900,00), todas as outras têm a maioria (ou quase a maioria, como na Educação e Cidades) recebendo entre R\$ 1.000,00 e R\$4.900,00.

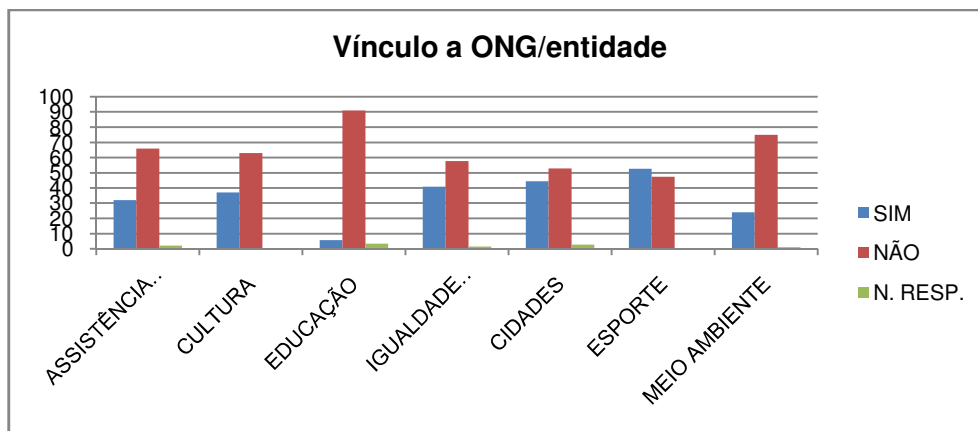
Na pesquisa sobre os conselhos em Piracicaba, considerando o rendimento médio per capita, predominou a faixa demais de cinco salários mínimos (26% dos conselheiros), seguida pela de três a cinco salários (25%). O rendimento per capita dos conselheiros também é mais alto do que o da população do município: enquanto 51% dos conselheiros possuem, como rendimento per capita, mais de três salários, apenas 18% da população recebe o mesmo. No outro extremo, apenas 1% dos entrevistados afirmou possuir renda menor que meio salário mínimo per capita, enquanto, de acordo como Censo 2010, 13% das famílias do município recebiam essa renda (MORGADO *et al*, 2012). Esses dados demonstram que tanto nos conselhos como nas conferências o percentual de pessoas com nível médio e nível superior/pós-graduação está muito acima da média da população da cidade, dados que corroboram os achados em nível nacional. Ou seja, não são os mais pobres que participam, mas as pessoas na média de renda da população brasileira e, em geral, com escolaridade mais alta do que a média (AVRITZER, 2012).

#### 4. Conferências municipais e o perfil político-institucional dos participantes

Em todas as conferências, observa-se que em média 87% dos participantes está empregada. Cruzando os dados sobre ocupação e vínculos a entidades, sindicatos e/ou partidos políticos, pode-se sugerir que há um número considerável de cidadãos comuns nesta etapa municipal, que participam porque são afetados pela temática em questão, mas

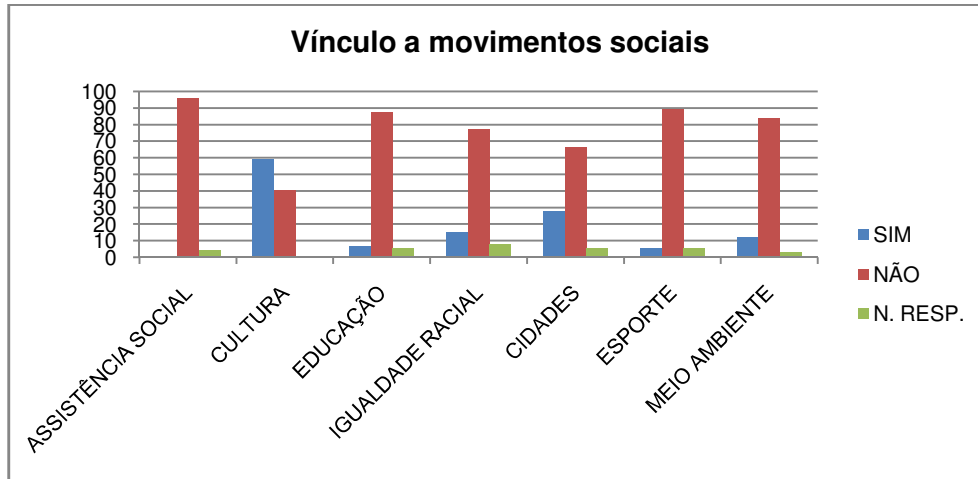
que não assumem o papel de representantes de entidades, sindicatos ou partidos políticos, já que não estão vinculados. Seguem-se os dados:

GRÁFICO 6- Vínculo a ONG/entidades



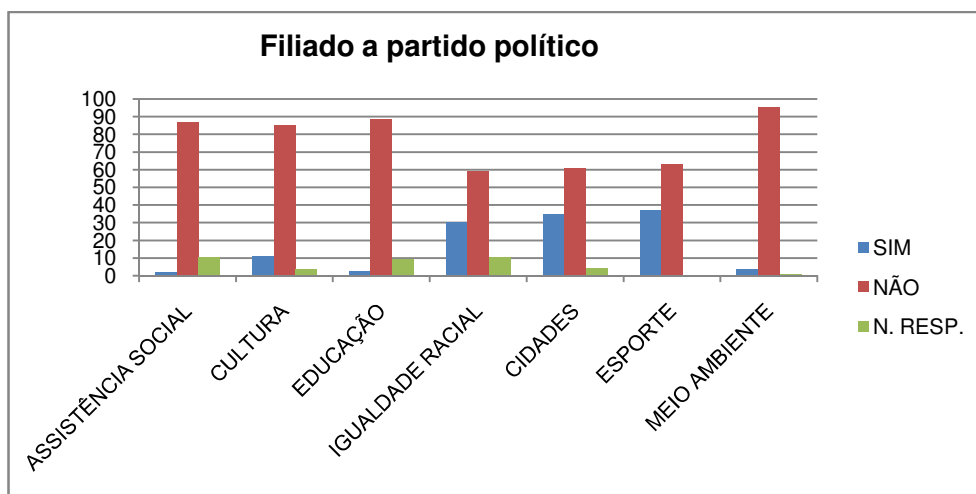
Com relação a vínculo a ONG/entidade, destaca-se a Conferência do Esporte, com 52,6% de participantes vinculados a alguma entidade, seguida das Cidades, com 44,4% e da Igualdade Racial, com 40,9%. Os participantes da Conferência da Educação são os que menos se vinculam a ONGs ou entidades (9,9%). Vejamos o que dizem os dados sobre a vinculação dos conferencistas a movimentos sociais:

GRÁFICO 7- Vínculo a movimentos sociais



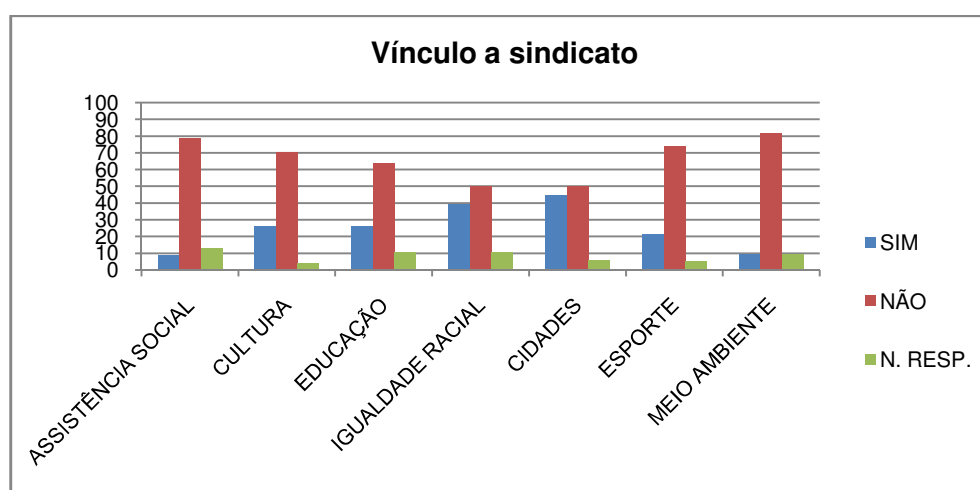
Destaca-se a Conferências da Cultura com o maior número de participantes que se declaram vinculados (59,2%), seguida das Cidades (27,8%) e da Igualdade Racial (15,1%). A Conferência da Assistência Social não contou com nenhum participante vinculado a movimentos sociais. Com exceção da conferência de Cultura, chama a atenção a fraca vinculação a movimentos sociais dos participantes das demais conferências. Vejamos os dados sobre filiação partidária:

GRÁFICO 8 - Filiação partidária



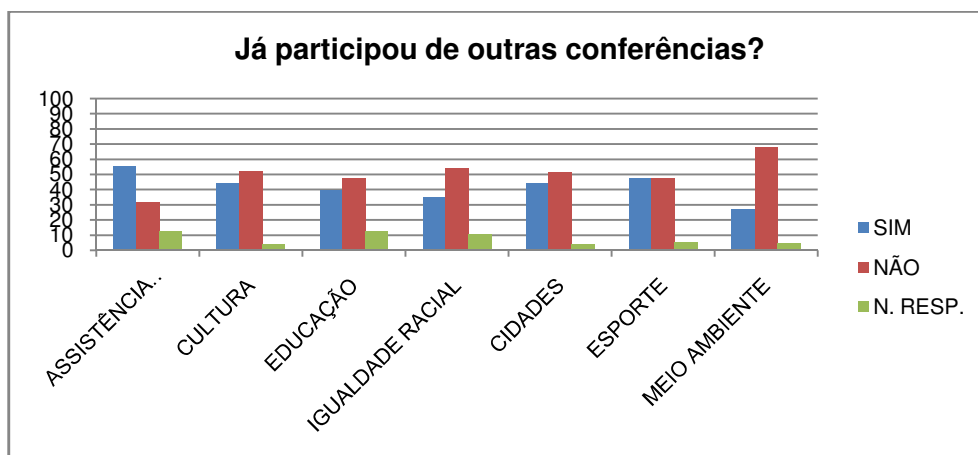
A maior quantidade de participantes filiados a partidos está na conferência do Esporte com 36,9%, seguida da Cidade, com 34,7%, Igualdade Racial, com 30,3% e Cultura com 11,1%, tendo as demais cerca de 2% de filiação. Dos filiados, a maioria está no PSDB: Esportes 15,8% no PSDB e 5,3% no PT; Igualdade Racial, 10,6%, no PSDB e 6,1% no PT e Cidade tem os mesmos 9,7% no PSDB e no PT; Cultura tem 7,4% no PSDB e nenhum filiado ao PT. Outras siglas que aparecem com uma média de 5% de filiados é o PV (Cidade e Esporte) e o PDT (Esporte). As demais siglas mostram índices menores que 5%. É bom que se diga que o PSDB está no executivo municipal desde 2005. Esteve também de 1997 a 2000, tendo sido vencido pelo PT em 2001. Vejamos os dados com relação à filiação em sindicatos:

GRÁFICO 9- Vínculo a sindicato



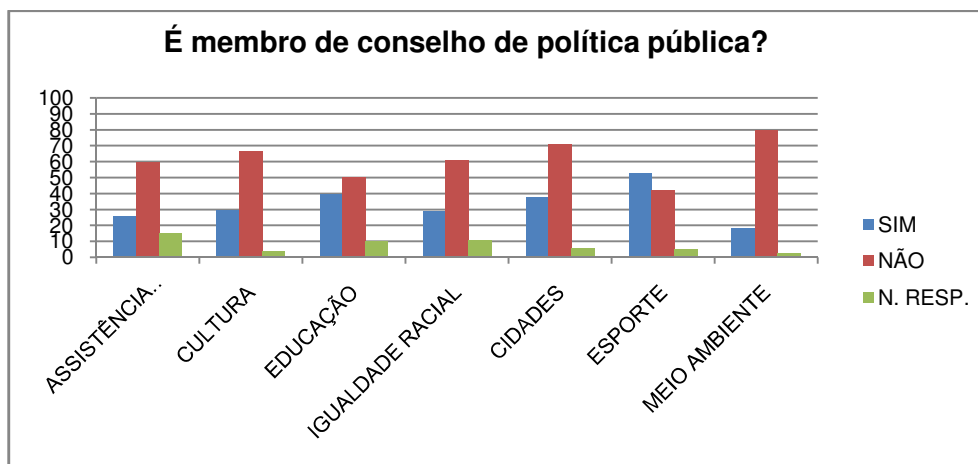
A grande maioria dos participantes de cinco conferências não é sindicalizada. Nas conferências da Igualdade Racial e da Cidade há uma média de 50% dos participantes sindicalizados. Dos sindicalizados, 11,1% se apresentam como dirigentes de sindicatos na Conferência da Cidade e 7,6% na Conferência da Igualdade Racial. Vejamos os dados sobre participação em outras conferências.

GRÁFICO 10 - Participação em outras conferências



Quando questionados se já haviam participado de outras conferências ocorridas em Piracicaba, as respostas foram equilibradas. No total, 44% disseram que sim e 47% disseram que não, com exceção para a conferência do Meio-Ambiente em que 68,1% disseram não ter participado de outras conferências. Com relação à participação em conselhos gestores de políticas públicas, segue o gráfico

GRÁFICO 11 - Participação em conselhos



A Conferência de Esporte traz o maior número de participantes membros de conselhos (52,6%), seguida da Educação (39,8%) e depois Cidades (37,5%). As outras três ficam abaixo de 30%, chamando a atenção a conferência do Meio-Ambiente em que 84% não são membros de conselhos. Vejam os dados sobre os motivos e as expectativas que levaram os participantes as conferências.

### 5. Conferências municipais: atores, motivos e expectativas

Uma das questões abertas do questionário aplicado era a seguinte: "Quais os principais motivos de sua presença na Conferência?". Seguem-se as respostas, tabuladas nas oito categorias abaixo indicadas:

TABELA 1- Motivos (em %)

Motivos	Conferências						
	Assistência Social	Cultura	Educação	Igualdade Racial	Cidade	Esporte	Meio Ambiente
<b>Melhoria da política pública</b>	3,3	12,9	10,4	3,9	22,3	0,0	3,6
<b>Contribuir/colaborar</b>	13,3	22,5	10,4	10,5	10,5	4,7	21,8
<b>Participação</b>	20,0	3,2	7,6	7,8	5,2	19,0	10,9
<b>Interesse profissional</b>	10,0	0,0	8,5	1,3	2,6	4,7	2,7
<b>Representação/convocação</b>	3,3	16,1	20,0	11,8	9,2	28,5	1,8
<b>Aprendizado/informação</b>	20,0	22,5	19,0	14,4	14,4	14,2	31,8
<b>Interesse no tema</b>	6,6	12,9	7,6	26,3	6,5	9,5	16,3
<b>Participar das deliberações</b>	6,6	0,0	0,9	1,3	3,9	4,7	6,3
<b>Exercer cidadania</b>	1,6	0,0	0,0	5,2	6,5	4,7	2,7
<b>Outros</b>	1,6	0,0	0,9	7,8	2,6	0,0	0,9
<b>Não respondeu</b>	13,3	9,6	11,4	9,2	15,7	9,5	0,9
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>31</b>	<b>105</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>21</b>	<b>110</b>

A pergunta sobre expectativas foi formulada do seguinte modo: "Quais suas expectativas com esta Conferência?" Seguem as respostas, organizadas em nove categorias:

TABELA 2 - Expectativas (em %)

Expectativas	Conferências						
	Assistência Social	Cultura	Educação	Igualdade Racial	Cidade	Esporte	Meio Ambiente
<b>Melhoria da política pública</b>	9,2	13,3	23,2	11,5	12,3	22,2	5,2
<b>Levantar/discutir questões</b>	3,7	0,0	8,1	2,8	4,9	0,0	4,2
<b>Encaminhamento de propostas</b>	12,9	20,0	10,1	5,7	4,9	0,0	23,1
<b>Efetivação de propostas</b>	24,1	13,3	7,1	10,1	9,8	5,5	24,2
<b>Aprendizado/informação</b>	11,1	10,0	11,1	17,4	9,8	0,0	25,2
<b>Participação</b>	9,2	3,3	3,0	1,4	4,9	11,1	3,1
<b>Mudanças</b>	3,7	0,0	5,0	4,3	2,4	5,5	3,1
<b>Baixa expectativa</b>	0,0	0,0	2,0	0,0	13,6	0,0	0,0
<b>Boa/alta expectativa</b>	0,0	10,0	5,0	13,0	8,6	0,0	5,2
<b>Outras</b>	12,9	16,6	9,1	17,4	18,5	22,2	2,1
<b>Não respondeu</b>	12,9	13,3	16,1	15,9	9,8	33,3	4,2
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>30</b>	<b>99</b>	<b>69</b>	<b>81</b>	<b>18</b>	<b>95</b>

Após a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, apresentamos a seguir uma análise do que foi observado. A pesquisa aponta resultados que permitem traçar relações entre o perfil socioeconômico, associativo e político dos participantes e suas

motivações e expectativas com relação às conferências. Vejamos cada uma das conferências.

A conferência do Esporte é a que apresenta o maior número de participantes vinculados a ONGs e entidades da sociedade civil e filiados a partidos políticos. Também é a que traz o maior número de membros de conselhos. Esses dados podem explicar o fato de ser a *convocação/representação* o motivo apresentado pela grande maioria dos participantes, instados a ir à conferência para representar as suas entidades. Quando se volta para os questionários nas respostas sobre ocupação, também se esclarece alguns pontos: 30% dos participantes são professores (muitos declararam que da área de Educação Física). Outros 33% trabalham na área do esporte em Departamentos e Diretorias. Alguns declaram ser funcionários públicos. Ou seja, o pessoal que trabalha em órgãos da Prefeitura foi convocado para participar das conferências, o que indica a realização de uma conferência muito colada à própria prefeitura, com pouca participação da sociedade civil independente do governo. Como muito foram convocados para representar suas entidades ou a Prefeitura, não tinham maiores expectativas com relação à conferência, o que pode explicar o maior número de respostas em branco neste item, nessa conferência. Os dados sobre filiação partidária também podem ser melhor compreendidos a partir das ocupações dos conferencistas. É possível que aqueles que assumem cargos na *Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras* de Piracicaba sejam da confiança do governo municipal. Talvez isso possa explicar ser a conferência de Esporte a que trouxe o maior número de filiados a partidos políticos, ao PSDB, e o maior número de simpatizantes, do PSDB. Também foi a que apresentou boa participação na última campanha política com 10,5% de candidatos. É bom que se diga que o PSDB é o partido dos prefeitos desde 2005.

A conferência das Cidades se seguiu à do Esporte na vinculação a ONGs, entidades e filiação a partido político, incluindo grande vinculação em movimentos sociais e sindicatos. A motivação se deu pelo interesse na melhoria da política pública. Destaca-se que esta conferência é a que apresenta o maior número de residentes antigos da cidade de Piracicaba (que tem de 20 a 80 anos de residência na cidade), o que pode ser um dos fatores a explicar porque o principal motivo apresentado para participação foi a *melhoria da política pública*. Moradores de muito tempo na cidade querem sua melhoria. É interessante perceber como esta conferência reúne pessoas das mais variadas ocupações: funcionário público (7), professor (4), estudantes/estagiários (5), analista e coordenador de projetos (5), administrador (3), engenheiro (3), arquiteto (3), empresário (4), recepcionista/zelador (3), motorista (2), funcionários no comércio (3) e ainda médico, mecânico, agente de saúde, diretor de escola, segurança, jornalista, caldeireiro, consultor, analista, além de alguns aposentados (6). Outros 9 respondentes estavam ligados ao governo municipal: 4



vereadores, 4 assessores parlamentares e 1 chefe de gabinete. Falando de lugares diferentes, todos têm o interesse comum na melhoria da cidade.

Essa diversidade se faz perceber também quanto à filiação em partidos políticos (34,7%) pois que, diferentemente da conferência de Esporte, não há uma hegemonia clara do PSDB, mas a presença de outros partidos (9,7% dos participantes no PSDB; 9,7% no PT; 5,5% no PV; 2,8% no PPS e 1,4% no PTB). É também a primeira conferência quanto à participação de sindicalizados e a segunda quanto à participação de membros de movimento sociais.

No entanto, despontou como a conferência com mais baixa expectativa e a razão disso pode ser melhor compreendida pelas próprias palavras dos participantes: o sexto respondente (R6), membro de conselho, sindicalizado, vinculado a ONGs e movimentos sociais, que já participou de várias outras conferências, disse o seguinte: "Que de fato as deliberações sejam acolhidas e consolidadas em políticas públicas, mas a conferência começa frustrante tendo como regra o não direito a voz dos observadores". Outro, vinculado a ONG, que já participou das conferências de Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente, diz: "No atual formato, não acredito em propostas concretas e viáveis ao município". E também quando perguntado se acha as conferências importantes, diz "sim, se forem abertas à participação" e diz acreditar que as conferências possam ser melhoradas "com um trabalho preliminar e organizado, ouvindo as bases" (R42). Outro diz: "Muito pouca. A estrutura da Conferência não abre espaço necessário para as discussões e deixa questões importantes fora do debate" (R4). Duas questões chamam a atenção a partir desses depoimentos, no caso da Conferência da Cidade. Ainda que não seja o objetivo deste *paper* trabalhar com a variável *desenho institucional*, esses depoimentos sinalizam que a expectativa com relação à conferência depende da forma como foi estruturada e organizada. Também é importante perceber a força da contingência para os resultados da pesquisa. O movimento Pula Catraca (contra o aumento da tarifa de ônibus no município) fez um protesto logo no início da conferência, tumultuando (que era exatamente o objetivo do movimento) o início dos trabalhos. As restrições à participação na própria conferência e o inusitado tumulto provocado pela manifestação afetaram negativamente as expectativas dos participantes da conferência da Cidade. Ao mesmo tempo, a Conferência da Cidade é a que mais proporcionou conflito e diversidade de posicionamentos políticos, como indicamos acima.

Com relação à conferência da Educação, chama a atenção o dado sobre o conselho: 40% dos participantes se declaram membros de conselhos. Se esse dado fosse considerado apressadamente, sem que se investigasse um pouco mais os questionários, a porcentagem poderia sugerir que boa parte dos conferencistas também estivesse vinculada

a conselhos gestores de políticas públicas. Vejamos o que dizem os questionários sobre a ocupação dos conferencistas: 34% dos conferencistas ocupam cargo de direção em escolas; 30,6% são docentes; 14,7% se dividem entre coordenador, supervisor e orientador pedagógico e 8% trabalham nas escolas em serviços administrativos. Os conselhos aos quais estão ligados não são os conselhos gestores de políticas públicas, e sim, conselhos ligados diretamente às escolas, o que marca a especificidade da participação institucional deste setor de política pública. Ou seja, a porcentagem de membros de conselhos de políticas públicas não pode ser considerada, uma vez que os respondentes se referem a outro tipo de conselho. A maior parte dos entrevistados disse estar presente porque foi convocada para representar as escolas ou secretarias nas quais atua. Suas ocupações também explicam porque é a conferência com o maior número de pós-graduados (26%), já que muitos ocupam cargos diretivos. São os participantes que menos se vinculam a ONGs ou entidades, e apresentam fraca vinculação a movimentos sociais e sindicatos, além de baixa vinculação partidária (2%). São também os que menos se envolveram com a eleição, tendo ido apenas votar nas últimas eleições. Uma vez convocados a participar, disseram ter como expectativa a melhoria das políticas de educação.

A conferência da Assistência Social se destaca pelo fato de ser a que apresenta o menor número de participantes vinculados a movimentos sociais. A idade jovem da maioria dos participantes da conferência da Assistência Social talvez ajude a explicar porque, na contramão da tradição de grande envolvimento social da área de Assistência Social (seguindo-se a área da saúde), os dados mostraram que não há participantes vinculados a movimentos sociais, há baixíssima filiação partidária e ainda, foi a conferência com o maior índice de não sindicalizados e com pouca participação em conselhos de políticas públicas. Também a idade dos participantes poderia explicar a busca por *aprendizado/informação* e por *participação* como os motivos que os levaram à conferência, demonstrando como expectativas que sejam encaminhadas para outras etapas e efetivadas as propostas levantadas durante a etapa municipal. Querem aprender sobre o tema e se inserir no debate.

A conferência do Meio-Ambiente destaca-se por ter o maior número de participantes jovens, sendo quase 50% com ensino superior incompleto, uma vez que ainda estão cursando o ensino superior. São estudantes do curso de gestão ambiental e souberam da conferência por meio dos professores e colegas da faculdade. Como principais motivos para participação apresentaram *aprendizado/informação* e em segundo lugar, *contribuir/colaborar*. Além de se perceberem como aprendizes, também se sentem à vontade com o tema para contribuir com o debate (já que os assuntos tratados na conferência do meio ambiente são familiares aos universitários). Como expectativas,

esperam aprender na conferência e também querem que as propostas ali tiradas sejam encaminhadas e efetivadas. A idade dos conferencistas também pode explicar porque declaram ser a primeira conferência em que participam, além de jogar luz ao dado de ser a conferência com a menor participação em conselhos. É também a que apresenta o menor número de filiados a partidos políticos e de sindicalizados.

A conferência da Cultura se destacou por ser a que apresentou o maior número de participantes que se declaram vinculados a movimentos sociais (quase 60%). O principal motivo para participar foi contribuir e colaborar além de aprender e se informar. Como expectativa, querem predominantemente lutar para encaminhar propostas tiradas na etapa municipal da conferência.

A conferência de Igualdade Racial chama atenção por ser a única com a maioria negra. Também é a que apresenta o maior índice de participantes com ensino médio incompleto, o que poderia sugerir uma relação entre cor/raça e escolaridade. Dos participantes, 30% são filiados a partidos políticos e 29% membros de conselhos, sendo o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Piracicaba (CONEPIR) o mais citado. O principal motivo apresentado para participação foi o *interesse no tema* e a expectativa *aprendizado/informação*.

## **7. Considerações Finais**

Os dados sobre a etapa municipal das sete conferências aqui analisadas confirmam a hipótese desta pesquisa de que as diferentes áreas das políticas públicas respondem de diferentes maneiras às questões sobre quem são os conferencistas e sobre quais os motivos e as expectativas que os levam a participar. Um novo trabalho será necessário para analisar o papel que ocupa a *variável desenho institucional* no resultado dos dados levantados em cada uma das conferências. Assim também, não se pode negar o papel das contingências na determinação dos resultados. Feitas essas considerações, algumas observações de caráter mais geral podem ser sugeridas.

Primeiramente, com relação ao perfil socioeconômico dos conferencistas pode-se dizer que os dados colhidos nas sete conferências municipais de Piracicaba evidenciaram significativa sub-representação de jovens (com exceção da conferência do Meio Ambiente), idosos, pretos (com exceção da conferência da Igualdade Racial), pardos e pessoas de baixas renda e escolaridade. O fator gênero apresentou certo equilíbrio de representação em algumas áreas e sub-representação masculina nas áreas de Assistência Social e Educação. Os dados colhidos nesta pesquisa não permitem dizer, portanto, que as conferências constituem-se espaços para a inclusão de segmentos populacionais,

identificados como os que têm estado recorrentemente em posição de subordinação ou mesmo de exclusão de processos de participação política.

Com relação ao perfil associativo e político dos participantes algumas considerações merecem ser feitas. Chama a atenção a alta variação com relação à filiação a partidos políticos. Em três delas, a média de adesão ficou em torno de 35% (Esporte, Igualdade Racial e Cidades), Cultura teve 11% e as outras três com média próxima a 2%. Os dados indicam a necessidade de trabalhos que levem em conta essa variável de maneira a se investigar a especificidade de cada setor de política pública e de seus espaços de participação, e qual sociedade civil é mobilizada a participar. Mesmo nos casos de alta filiação há variações que dizem respeito ao próprio amadurecimento desses espaços como expressões do conflito (Cidades) ou da falta dele, como foi o caso da conferência de Esporte, fortemente vinculada ao próprio governo. O mesmo raciocínio pode se aplicar sobre as variações sobre os vínculos dos participantes a sindicatos e movimentos sociais.

Com relação a motivos e expectativas, destacou-se o interesse pelo aprendizado e por informação a respeito dos temas das áreas das políticas públicas em todas as conferências, o que demonstra que esta modalidade de instituição participativa tem funcionado como espaço de aprendizado e de troca de informações e conhecimento, pelo menos no que diz respeito à sua etapa municipal. Como mostram algumas pesquisas, as etapas locais e municipais são mais informais e livres (FARIA e LINS, 2013) o que pode significar maior abertura para que as pessoas se sintam à vontade para participar pelo simples motivo de querer se informar e aprender sobre as questões referentes às temáticas das conferências.

Os motivos declarados para participar foram tabulados e expostos, mas outro ponto que deve ser considerado é a *oportunidade* de participar ou seja, uma dada situação contingencial pode levar pessoas comuns a participar. E isto faz lembrar a questão elaborada por Sidney Tarrow (2009, p.99) referindo-se a confrontos: "o que faz as pessoas comuns irem às ruas, arriscarem suas vidas e ficarem gravemente feridas para clamar por seus direitos?" Defende a ideia de que a resposta a tal pergunta está mais relacionada às oportunidades e restrições de ação coletiva, do que a fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas. Assim, a abertura de oportunidades políticas e o relaxamento da opressão seriam fatores a encorajar as manifestações e o confronto. Ou seja, "as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais" (p.107). Respeitando as diferenças de contextos e objetos de análise, o conceito de *oportunidade política* pode ser utilizado para pensar as razões que levam as pessoas a participarem das conferências, ainda mais quando o autor acrescenta que se pode encontrar maiores

oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional. Diante de um contexto de abertura política e da institucionalização do espaço para participar, cidadãos não engajados politicamente podem ser atraídos à participação. Os dados referentes à baixa vinculação a ONGs/entidades, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e conselhos na maioria dos setores verificados (e mesmo considerando as exceções mais evidentes como Igualdade Racial, Cidades e Esporte) podem sugerir a oportunidade política como caminho de resposta à participação para alguns participantes das conferências.

Uma última consideração. Os resultados apresentados nesta pesquisa não permitem inferir generalizações para as áreas de políticas públicas aqui representadas. Conjunturas do momento - referentes à organização de cada conferência, referentes ao contexto do município (do estado e do país) ou ainda referentes às conjunturas de cada área de política pública - permitiram que um dado conjunto de participantes estivessem presentes naquele momento. Dito de outra forma, os resultados aqui apresentados não são conclusivos. Somente pesquisas continuadas nas áreas aqui estudadas como em outras áreas de políticas no município de Piracicaba poderiam permitir conclusões mais gerais. Fica, no entanto, a indicação da importância em se considerar a heterogeneidade dos setores de políticas públicas e sua relação com a heterogeneidade dos participantes das conferências relativas a cada setor, em seu perfil socioeconômico e político-institucional e em suas motivações e expectativas pessoais quanto à participação.

## Referências

- ALMEIDA, D. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ALMEIDA, D. R. Representação política e conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.) **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.
- AVRITZER, L. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012.
- AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: Johns Hopkins, 2009.
- AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.). **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **As Conferências Nacionais de Saúde: evolução e perspectivas**. Brasília: CONASS, 2009.
- CEZARE, J. P. **Conselhos municipais e governança: uma análise do Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense do Município de Santo André – SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CIDADE – CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS. **Olhar de mulher: a fala das conselheiras do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cidade, 2003.

- CRUXÊN, I. A.; *et al.* **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. Brasília: IPEA, 2013.
- CUNHA, E. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997/2006)**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009.
- CUNHA, E. S. M. Conferências de políticas públicas e inclusão participativa. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.) **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.
- FARIA, C. F.; LINS, I. L. Participação e deliberação nas conferências de saúde: do local ao nacional. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.) **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.
- FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba n.21, p.125-145. 2003.
- GRET, M. **Reforcer le genre dans la recherche: approche comparative Sud-Nord**. Bordeaux: IEP, 2004. p.61-70.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**. 2010.
- LABRA, M.; FIGUEIREDO, I. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2002.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, p. 86-94, 2010.
- MORGADO, R. P.; *et al.* **Conselhos Municipais de Piracicaba: perfil e percepção**. Piracicaba, SP: IMAFLORA, 2012.
- ORSATO, A. **Gênero e democracia: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre**. 2008. (Dissertação) Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- POGREBINSCHI, T. (coord.) Conferências nacionais, participação social e processo legislativo. **Série Pensando o Direito**. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.27, 2010.
- RIBEIRO, U. Gênero e democracia participativa. **Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 141-152, 2009.
- RIBEIRO, U. **Participação, inclusão e gênero: um estudo sobre conselhos municipais de saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- SANTOS JR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. 2004. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Governança democrática e poder local**. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p. 209-213, 2005.
- TÓTORA, S.; CHAIA, V. Conselhos municipais e a institucionalização da participação política: a Região Metropolitana de São Paulo. In: SANTOS JR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Orgs.). **Governança democrática e poder local. A experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.